Universidades Lusíada

Negreiros, Maria Augusta Geraldes, 1941-2003

Sessão de lançamento do livro : as representações sociais da profissão de Serviço Social - uma análise empírica em contexto autárquico, de Maria Augusta Geraldes Negreiros

http://hdl.handle.net/11067/3952

Metadados

Data de Publicação	1994
Palavras Chave	Serviço social - Portugal - Lisboa, Percepção social
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 10 (1994)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T05:37:04Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

INFORMAÇÕES

SESSÃO DE LANÇAMENTO DO LIVRO:

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL — Uma análise empírica em contexto autárquico, de Maria Augusta Geraldes Negreiros

No dia 12 de Dezembro de 1995 na Sociedade Nacional de Belas Artes, realizou-se a sessão de lançamento do livro *"As Representações Sociais da Profissão de Serviço Social — Uma análise empírica em contexto autárquico"* da autoria de Maria Augusta Geraldes Negreiros.

Estiveram presentes no acto de lançamento, além da respectiva autora, a Dr.ª Hirondina Chitas — Presidente da Direcção do Instituto Superior de Serviço Social, CRL, o Prof. José Paulo Netto da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Prof. José Bragança de Miranda da Universidade Nova de Lisboa, que comentaram a obra.

Este livro editado pelo Instituto Superior de Serviço Social, C.R.L. — Departamento de Pós-Graduação, inicia a actividade editorial no âmbito das publicações não periódicas.

Dr.ª Hirondina Chitas:

"Estou nesta sessão de lançamento do livro da Dr.ª Maria Augusta Negreiros na qualidade de Presidente da Direcção da Cooperativa do Instituto Superior de Serviço Social de que faz parte o Departamento de Pós-Graduação enquanto entidade editora.

É esta a primeira obra de uma linha de publicações que à direcção se afigura importante a mais do que um título.

Em primeiro lugar trata-se de dar a conhecer as teses de Doutoramento e Mestrado, reconhecendo o esforço e mérito dos seus autores, nas suas diferentes orientações de investigação.

Trata-se, em 2.° lugar, de criar um incentivo para investigações desenvolvidas por profissionais que, eventualmente, venham a ser propostas e aceites.

Assim, pensamos que esta iniciativa representa um passo significativo no espaço social a ocupar pela Escola e pela profissão.

Naturalmente vou dispensar-me de comentar o livro da Dr.ª Maria Augusta

Negreiros já que esta tarefa incumbirá aos dois brilhantes comentadores, aqui presentes e bem nossos conhecidos: o Prof. Dr. Paulo Netto, homem de altos vôos, dos quais os maiores não são mesmo os que faz entre S. Paulo e Lisboa; o Prof. Dr. Bragança de Miranda, com a sua finura analítica, sobrevoa, entretanto, séculos e séculos de História, e bem nos levou com ele nas aulas de Mestrado ...

Quanto à autora, a festejada, ainda é mais nossa conhecida! Penso que a Escola lhe deve bastante e a publicação deste livro é mais um estímulo — também dado a ela própria — no sentido de encorajar os profissionais, docentes ou não, a investigar e a tomar a palavra.

Agora, vamos ter o prazer de ouvir o Prof. Dr. Paulo Netto."

Prof. Paulo Netto:

"Eu queria começar a agradecer o convite para estar aqui, ao Prof. Bragança, à Prof.ª Augusta, à Prof.ª Hirondina...

Acho que esse é um momento, de facto, muito importante para a categoria profissional independentemente da figura da autora.

Ontem à noite quando eu estava pensando no que é que vinha fazer aqui, um amigo meu disse: "Mas você não fica constrangido de falar de um livro de uma amiga sua?".

É uma coisa meio complicada. As minhas relações de amizade com a autora são sobejamente conhecidas: a Augusta foi das primeiras pessoas com que eu contactei em Portugal, num período muito difícil da minha vida. Eu tive a felicidade de encontrar no Instituto, nos companheiros do Instituto e companheiros aqui em Portugal, uma solidariedade muito grande num período muito duro da luta pela democracia no Brasil mas a Augusta teve um papel muito importante: ela foi a minha primeira referência portuguesa e que se conserva até hoje. E a questão que o meu amigo me colocava era muito pertinente: "Isso de falar do livro de um amigo não te constrange?" Eu disse: "Olha, só me constrange quando o livro é ruim". Porque é muito difícil você ter que falar bem de um livro que é ruim mas porque é do seu amigo... Como o livro é muito bom não fico em absoluto constrangido e gostaria desde já assinalar que eu não sou apenas um leitor mas sou um leitor que quando vi o livro há alguns meses atrás (logo no seu lançamento) fui logo protestando porque não fui o primeiro a recebê-lo. Feita essa observação de carácter pessoal eu queria dizer que este livro é um livro muito importante.

Tenho aprendido com o meu amigo Alfredo (que está presente aqui no fundo da sala) que, ao contrário do que se diz, sempre se escreveu sobre o Serviço Social em Portugal. A visão que se tem é que não se escreve. E o Alfredo nas pesquisas dele e dos companheiros que estão trabalhando no CPIHTS têm feito levantamentos muito significativos de uma produção precoce do Serviço Social português. Mas o que é facto é que aqui em Portugal ainda não se criou um circuito de debate em torno do Ser-

viço Social porque o próprio Serviço Social não tem sido capaz de socializar as suas produções, as suas elaborações e os seus ganhos.

Então, nesse sentido, este não é o 1.° livro do Serviço Social português (eu lembro que nos anos 80, salvo erro, os companheiros de Coimbra: a Anabela Carvalho e a Helena Mouro — me parece que a única assistente social do livro era a Helena), mas fez-se um esforço de divulgação. Mas eu estou convencido que esse livro é um livro muito peculiar. Muito peculiar por três razões: porque ele reúne uma perspectiva profissional e é um livro escrito, não de uma posição corporativa, de uma visão particularista menor, de defesa do pequeno espaço profissional mas de uma defesa da perspectiva teórico-prática, reflexiva, interventiva do Serviço Social. Ele junta a essa experiência profissional, que garante essa perspectiva prático-profissional, uma perspectiva de formação, ou seja, ele é um livro que contribui para a construção do perfil intelectual do assistente social e, sobretudo, eu acho que é um livro que assinala uma fina sensibilidade teórico-social por parte da autora.

Eu diria que é um livro criativo em termos de pesquisa. É um livro que tem uma grade de análise que não é a minha, que é a perspectiva da leitura pela via das representações sociais, mas eu diria que com extrema congruência a Augusta se inseriu nesse veio heurístico, nesse veio de análise e, sobretudo, eu diria que esse livro é muito importante para nós por duas razões que eu gostaria de pontuar rapidamente. Qual é a pergunta que a Augusta faz? Despida de todas as convenções académicas (porque esse é um livro académico) a pergunta é a seguinte: o que é que é o assistente social nas autarquias aqui em Portugal? Essa é a pergunta. Ia procurar responder de duas maneiras: uma primeira maneira é pela recolha que eu diria sistemática, rigorosa, através de uma pesquisa que eu suponho que ela vai rapidamente sintetizar ou historiar, e a recolha da representação social que há em torno desse profissional. E ela levante quatro pontos de agregação, quatro pólos dessa representação: a figura do assistente social numa perspectiva assistencialista-humanista, a figura do assistente social enquanto um joguete das forças políticas, um joguete das forças institucionais, um joguete do poder, ou a figura do assistente social como um pronto-socorro social com funções indefinidas e nebulosas que ela chama de pragmatista-imediatista e uma quarta condensação de representações que é a do assistente social como um técnico especifico para a intervenção social.

Ela levanta as quatro representações mas, sobretudo (e isso é que me pareceu extremamente fecundo) ela busca o movimento dessas representações e insere esse movimento com muita propriedade na dinâmica sócio-política do país no pós 74. Até porque o universo de assistentes sociais que ela pesquisou e as próprias instituições sobre as quais ela laborou devem muito ao Portugal posterior a 74, Portugal de Abril, seja do ponto de vista do ordenamento jurídico-político, a constituição de 76, seja

dos próprios processos formativos nas escolas.

E aí me pareceu (não sei o que é que a Augusta vai dizer, nem o Prof. Bragança) muito animadora, para um leitor que fica a 9 mil quilómetros de distância mas que se sente comprometido com o Serviço Social português, me pareceu animador a detecção do movimento de tendência que a M.ª Augusta localiza. O que ela localiza precisamente é um trânsito, um deslocamento daquela primeira visão, daquela primeira representação assistencialista-humanista para a representação do profissional que somos, do nosso profissional como técnico específico para a intervenção social. Ou seja, num primeiro momento ela se ateve ao exame dessas representações mas o que me pareceu interessante é que ela buscou mais do que isso e esse me parece o aspecto mais importante do trabalho que tomou conta desse livro. É que a Augusta não ficou nas representações. A minha grande divergência com esse referencial teórico é que frequentemente ele fica nas representações e esquece dos suportes sócio-políticos, sócio-materiais dessas representações. A Augusta dá o segundo passo: ela busca identificar nas autarquias que ela pesquisou as funções dos profissionais, ou seja, ela foi além do significante, ela buscou o significado.

Eu penso que nessa pesquisa, ao articular as vinculações particulares, concretas, históricas, situadas, das representações com o desempenho efectivo de funções profissionais está um ganho para todos nós que eu assinalaria pontuando o seguinte: não basta que o assistente social conheça a realidade na qual ele se insere é preciso que o assistente social se conheça para conhecer essa realidade. Nesse sentido eu diria que o segundo passo do livro da Augusta transcende largamente uma pesquisa académica e ganha uma relevância profissional extraordinária o que nos permite, antes de mais, localizar quais são efectivamente não "os" mas "alguns" dos problemas da afirmação profissional.

A contribuição da Augusta me parece, sobretudo, muito relevante porque mostra as possibilidades de reflexão do fazer profissional que o Serviço Social contém e que frequentemente nós subestimamos e que frequentemente reduzem, não apenas a imagem social e a gratificação social da profissão mas reduzem a própria consciência que os assistentes sociais têm do seu papel. Trocando em miúdos eu diria que a leitura do texto, além de trazer um contributo significativo do ponto de vista da análise teórica, traz um outro contributo num período em que os assistentes sociais estão um pouco perplexos, estão meio perdidos, não sabem exactamente para onde é que o barco vai e eu acho que há razões objectivas para essa perplexidade. A perspectiva da Augusta vai no sentido de mostrar que o movimento da realidade portuguesa regista uma tendência, não é mais que uma tendência, de ultrapassagem de velhas identidades profissionais para a construção de uma nova identidade profissional e os assistentes sociais sujeitos desse processo frequentemente ignoram esse movimento. Nesse sentido eu estou

convencido que a contribuição da Augusta é uma contribuição relevante, significativa e eu acho que a todos nós, depois de ler o texto, só nos resta dizer muito obrigado por você tê-lo feito."

"— Obrigada, eu."

Prof. Bragança de Miranda:

"Quero começar por agradecer o amigável convite da Prof.ª M.ª Augusta para falar sobre o seu livro, tanto mais porque sabem que eu não sou do Serviço Social. Teria aliás muito pouco a dizer sobre o assunto depois do que disse o Prof. Paulo Netto mas de qualquer maneira imagino que quando me convidou sabia disso. Aceitei porque aborda um tema que me tem interessado e será basicamente sobre isso que eu irei dizer qualquer coisa. Mas antes queria dizer que também senti, de facto, o problema do que é que se pode dizer de uma pessoa de que nós gostamos, a não ser dizer que gostamos dela!

Podemos falar do tema e tentarei fazê-lo mas antes queria dizer que eu sou uma pessoa que gosta de livros e há uma coisa que me impressionou neste livro: sendo um trabalho cientificamente rigoroso lê-se muito bem, é um livro muito bem escrito, cumpre plenamente os seus objectivos retóricos e é bastante persuasivo.

Claro que há coisas que me escapam embora uma das que mais me impressionou foi essa capacidade, que o Prof. Paulo Netto referiu, de pensar uma experiência concreta da profissão. Porque realmente penso que seria um mau caminho partir da teoria, mais ou menos geral, para depois tentar perceber como é que ela se articula com os funcionamentos profissionais e com as representações no sentido lato. Isso impressionou-me e faz-me pensar que, contrariamente ao que a teoria das representações sociais implica, ou seja, sabemos que desde Durkheim há essa tentativa de apreender algo mais etéreo na acção social que o conjunto das partes positivamente consideradas, e normalmente isso levava a uma cisão abrupta entre a prática e as grandes ideologias.

É interessante verificar que a problemática da representação, tal como aqui é abordada, consegue evitar dois escolhos importantes: um é o misticismo durkheimiano que no fundo pressupõe uma entidade mística pairando sobre todas as consciências e sobre toda a experiência social, entidade que é a das representações, esse misticismo vem de muito longe, pelo menos desde Rosseau, daí a criação de entidades, se quisermos, míticas, imaginárias para explicar fenómenos que são muito mais pequenos, muito mais próximos da realidade, muito mais próximos da experiência.

Por outro lado o ter evitado um tipo de concepção que seria desenvolver uma teoria das ideologias a propósito do Serviço Social. É um facto que me parece muito positivo. A teoria das ideologias além de nos reservar a nós o bom papel de compreendermos como é que os outros se enganam, tem a tendência, no fundo, de reduzir demasiado rapidamente essa relação entre o prático, o experiêncial e, se quisermos, o

nível da representação, da imaginação constitutiva da experiência. Esse escolho é bem evitado pela maneira como a teoria da representação é apresentada aqui pela Prof.ª M.ª Augusta Negreiros aprofundando bastante, pareceu-me, as teses do Moscovici sobre a psicologia social. A síntese que faz parece indicar que se colocam problemas radicalmente novos ao próprio Serviço Social. O facto é que introduzir esta problemática aparentemente tão afastada dos interesses teóricos e profissionais corporativos (num primeiro momento receei um bocado o corporativismo do Assistente Social que rapidamente se verifica não existir) tem muito a ver, se calhar, com o serviço social pelo menos da maneira como eu o entendo hoje, (o pouco que entendo do Serviço Social aprendi um pouco também com vocês), que se colocam desafios que hoje já não são os mesmos. E há algumas indicações neste livro (que não são muito desenvolvidas lá, mas que claramente estão nos sítios certos e nos momentos certos) que mostram que muitas das inquietações, hoje, do Serviço Social ou pelas quais o Serviço Social passa, tem a ver com três questões que aludirei de uma forma muito lata: o problema da cidadania, o problema da comunicação e o problema da mediação no sentido prático do termo.

É interessante verificar que o tipo de interrogações que é feito sobre a representação não está muito longe do que noutras disciplinas está a ocorrer sobre o problema da figura ou das figurações, das configurações, isto que faz com que hoje, nas nossas áreas, o problema da figuração ou aquilo que o Castoriadis chama a constituição imaginária da experiência da sociedade, mostra que se calhar a situação das ciências humanas, como nós entenderíamos, mudou, mudou brutalmente, e isso tem a ver com o tipo de sociedade que nós temos hoje. O que faz com que certos conceitos, que no tempo de Durkheim se apresentariam como aparentemente místicos, para não lhe chamar outra coisa, hoje parece ter outro tipo de pertinência e a evolução da ideia da representação poderá aí ser de muito interesse.

Por mim confesso que me inscrevo mais na linha que vai, dentro desses problemas, do Keneth Burke ou do Norbert Elias sobre as "human figurations" mais do que no ponto de vista da representação. Mas penso que há grandes afinidades nessa nova procura que tem a ver justamente com a principal transformação que nós estamos a verificar hoje, que é o facto de as relações sociais serem crescentemente constituídas e mediatizadas pela tecnologia, pelo discurso, pela imagem. Ou seja, a representação já não é algo que se colocaria a um outro nível da experiência que se faz, mas hoje já não se pode pensar essa experiência, a sua constituição, sem o problema da imagem, sem "representação". Fenómeno que hoje é massivo e que no século passado era apenas sintomático. Lembro-me, se quiserem um exemplo, de uma representação que teve alguns efeitos terríveis no século passado, o Werther do Göethe que serviu de modelo a muito suicida na Europa. Havia, portanto, um processo que dava uma eficácia imediata, uma

efectividade a uma imagem, a uma representação. Isso que desde sempre nós encontrámos na cultura, tornou-se dominante no nosso tempo a partir do momento em que a comunicação surge com outra força e em que a tecnologia coloca, nas relações sociais, novos condicionamentos. Parece mínimo, mas saber que boa parte das relações ou saber, que passam por computador, como as bases de dados, e da relação entre os homens e as mulheres passam por coisas como o telefone, ou as redes, ou a televisão... As coisas mudaram: não é possível continuar a pensar que esses meios são exteriores à acção, não, eles estão hoje incluídos na própria acção, no desenrolar do dia-a-dia. Uma televisão numa sala de estar acaba por ser um parceiro indesejável ou desejável numa família mas tem tanto peso como os componentes da família e isso é estranho. Há novas questões que fazem com que, realmente, o problema da imagem, da figura, da representação seja importante e realmente este livro refere alguns deles.

Uma das questões essênciais é claramente que boa parte da constituição da imagem, da representação dos assistentes sociais hoje passa-se também por esse universo mais lato e por outro lado, no seu funcionamento, não pode deixar de tomar em conta esse dado, e isso é dito lá especificamente.

Portanto, no fundo, a primeira conclusão que tiraria para depois avançar para uma breve exposição para terminar é a seguinte: as ciências sociais estão a sofrer uma mutação que faz com que elas tenham passado de ciências da identidade a ciências da relação. Hoje cada vez mais o problema é da relação e não o problema das identidades estáveis. Qualquer possibilidade de haver o mínimo de estratégias identitárias passa-se pela maneira como se posiciona nesse campo lato da relação. E esse é um campo extremamente complicado de analisar mas no fundo, há dois tipos de conceitos que nos são apresentados que podem ser extremamente úteis para isso. É a vantagem de termos passado da identidade ilusória, por exemplo, do sujeito ou da profissão para a compreensão do carácter problemático da própria identidade. Isto torna-nos muito mais responsáveis pelo tipo de imagem que queremos dar, ou o tipo de imagem que queremos representar, ou o tipo de imagem que queremos, de certa maneira, fazer passar.

Isso prende-se com os tais aspectos que eu vos disse: maior atenção ao relacional, tal como hoje o paradigma comunicacional obriga a pensar, maior atenção ao problema da cidadania. Contrariamente aos regimes e às dimensões estanques vigentes até meados deste século, hoje a acção dissemina-se a partir de qualquer ponto da experiência, sobre o conjunto da experiência e tem maior capacidade de disseminação do que tinha e isso obriga a maior atenção aos aspectos de participação dos assistentes sociais nos dois âmbitos. Isso parece-me absolutamente essencial. Ora, um dos aspectos da cidadania têm a ver com a capacidade que o assistente social possa ter ou não de participar nessa formação mais lata da opinião e não servir simplesmente de paliativo ou

de um técnico neutro ou técnico com uma alma mais ou menos grande, etc. Tudo passa por uma razão verdadeiramente política e esse aspecto parece-me que não pode ser posto de lado se quisermos perceber o que está a ocorrer numa profissão que tem características muito especiais, na maneira como o texto a apresenta e não por acaso.

Para o fim do livro a Dr.ª Maria Augusta vai afirmar que é o problema da mediação. Foi essa uma das questões que me pareceu mais fascinante no livro. O que há hoje, de novo, no papel de certas profissões e de certo tipo de saber, é que alguns têm mais capacidade de funcionar como mediadores do que outros. Realmente é no interior da própria experiência, na acção quotidiana tal como ela se desenvolve e nas estratégias de publicitação, que alguns são capazes de "ocultar" o seu saber e servir de catalisadores em relação às paixões, em presença do sofrimento, à pobreza, tudo aquilo que constitui uma boa parte da experiência que nós já conhecemos.Bem difícil a tarefa: servir de catalizador sem se destruir. A lição que tirei para mim é que ter uma certa frieza na auto-representação pode impedir a auto--destruição nesses processos de mediação extremamente complicados. Mas esses processos têm que ser feitos, ninguém pode escapar a eles.

A Prof.ª Maria Augusta Negreiros refere quatro formas de mediação. Se calhar há muitas mais mas aquilo que parece ser vital é que (volto novamente a uma figura do Göethe) não há verdadeira acção sem mediadores. A acção exige a mediação: é preciso saber, estar no meio das coisas sem perder o pé mas também sem uma crispação sobre a identidade. É essa a grande lição que eu tirei deste livro."

Dr.ª M.ª Augusta Negreiros:

"Depois de ouvir este *feedback* sobre o texto publicado e produzido por mim não posso deixar de, primeiro que tudo, agradecer a estes dois amigos o terem-se, por um lado, disponibilizado para estar aqui e por outro lado ler com tanto cuidado e analisar, desta forma, o conteúdo do livro.

Eu penso que com aquilo que eles disseram praticamente esgotaram, por assim dizer, o próprio livro. Apenas poderei, para aqueles que não o conhecem, dar alguns *flashes* do seu conteúdo.

Este texto nasce da tal interrogação que o Prof. Paulo Netto referiu que é a primeira interrogação que nós fazemos quando queremos fazer uma pesquisa, temos alguma indagação a fazer. E essa indagação era exactamente, para mim, o tentar perceber se esta profissão que todos nós sabemos que tem um determinado tipo de representações, que para nós até não são estranhas... Representações que nós conhecemos, que quase assimilamos, é como um jogo entre a vitima e aquele que a produz e eu interrogava-me se, de facto, isto seria sempre assim ou se alterando o quadro contextual, se se fizesse esse tipo de busca em instituições que não tinham uma tradição do "fazer profissional" se iria aí encontrar outro tipo de representações.

Assim eu estava a partir de um princípio que a tal representação, que nós sabemos que existe e que nós temos analisado já e que, como disse o Prof. Paulo Netto, ultimamente tem sido bastante analisada em termos de algumas pesquisas feitas (o que é que não estão publicadas ainda) que é a perspectiva o tal lastro onde nasceu a profissão que aparece fundamentalmente numa postura de assistência, numa postura junto da pobreza, mas com uma determinada carga.

Ora bem esta é a grande representação que nós sentimos que existe em termos sociais e que, de certa forma, muitas vezes assimilamos, outras vezes recusamos.

Questionava-me se num outro quadro, sem esta história, sem este peso, sem esta carga institucional, eventualmente, haverá outro tipo de representações. E é a partir desta interrogação que eu vou fazer então a pesquisa num quadro que é novo para a profissão, que é o quadro autárquico. Sabemos que o serviço social é relativamente recente, em termos históricos, no quadro autárquico. Esta pesquisa é lançada em três autarquias da zona metropolitana de Lisboa, e é efectuada, como já foi dito, a partir da teoria das representações. A partir dessa pesquisa eu vou chegar, eu vou tentar fundamentalmente estudar, detectar quais as representações que, eventualmente, se encontram no quadro analisado. O quadro analisado é o quadro autárquico organizacional, portanto, os sujeitos que vão ser inquiridos são autarcas técnicos e administrativos que têm uma relação estreita com esta profissão, relação fundamentalmente de caracter funcional.

A partir desta pesquisa eu vou então tentar detectar quais as representações que se encontram nesse quadro estudado e vou também trabalhar como é que são produzidas essas representações. É evidente que eu não vou agora aqui descrever isso, seria extremamente moroso e não é exactamente esse o nosso objectivo, apenas dizer, como já aqui foi referido, que, vou detectar quatro tipo de representações naquele quadro autárquico. Não é de forma nenhuma minha intenção, nem poderia ser, fazer uma extrapolação sequer para todo o quadro autárquico. Eu penso que é um quadro autárquico especial, que é a zona metropolitana de Lisboa. E aí, vamos encontrar fundamentalmente quatro representações: a representação assistencialista-humanista cujo quadro nós conhecemos, que tem as características, em traços largos, da característica assistencialista que a profissão tem desenvolvido e tem, inclusivamente, analisado. E a figura que aparece referida como dominante, a figura que é atribuída, em termos de representação é, a figura de "salvador" ou "anjo-da-guarda".

Numa segunda posição nós vamos encontrar então uma representação pragmatista-imediatista que se caracteriza fundamentalmente por atribuir a esta profissão uma função de resposta imediata aos problemas que se colocam sem buscar as causas dos problemas. É uma resposta imediata. A imagem que lhe aparece atribuída é a imagem do "pronto-socorro" ou o "bombeiro", que

é textual. Este tipo de figura é uma figura que aparece textual na própria fala dos entrevistados.

Depois vamos ter uma terceira posição que é uma posição que aparece neste quadro, muito residual, que é posição de "joguete do poder". A profissão é vista como um intermediário, é uma visão, digamos assim, ilusória da profissão de se colocar como intermediário entre a instituição, enquanto instância de poder, e a sociedade. No entanto é uma posição em que, de facto, não lhe é atribuída a capacidade de resolução dos problemas e lhe é deixado apenas o espaço de ser jogado nas situações, de ser um joguete do poder. A figura que aparece atribuída é, de facto, a imagem de "conformista", aquele que é o conciliador, o conformista.

E na quarta posição e última aparece então uma outra imagem, uma outra representação que considera a profissão como "técnico especifico para a intervenção social" em que aparece uma imagem, de facto, que para mim foi nova. Nova enquanto pensamento social dos sujeitos, em que a imagem, a figura central aparece definida como o interlocutor privilegiado no contacto com as populações.

São estas as quatro grandes representações que depois são apresentadas em termos quantitativos e com surpresa minha a maior tendência aparece exactamente nesta quarta posição.

De facto isto vai levar-me a algumas das interrogações subsequentes que o Prof. Paulo Netto referiu, ou seja, estas representações estão estabilizadas ou encontram-se em transformação? Eu vou tentar responder a essa interrogação enraizando estas representações, tentando buscar a sua fundamentação no percurso que a própria profissão foi fazendo ao longo dos seus 60 anos neste país.

No final interrogo-me sobre as consequências destas representações em termos da relação da profissão com a sociedade e aí acho que não vou dizer mais nada porque aquilo que o Prof. Bragança de Miranda disse, fê-lo de uma forma tão clara em termos de uma pessoa que está do exterior, que captou perfeitamente e enriqueceu esse quadro. Assim quando ele diz que há três questões fundamentais que é a questão da cidadania, que é a questão da comunicação e da mediação, de facto, são estas as questões que na pesquisa me ressaltam fundamentalmente. Aquela minha primitiva interrogação vem ter uma resposta que é: há um quadro que se altera, em termos institucionais. E o quadro que se altera é que o social, no quadro autárquico, altera a sua posição residual, porque a própria autarquia em termos de estruturação e em termos de constituição, também se alterou no pós 75. Portanto, o social entra no jogo do próprio poder, o social é moeda que vai ser jogada no jogo político e então essa questão vai mexer directamente com a questão da cidadania, com a questão da importância do social, daqueles que trabalham com aqueles que têm determinado tipo de problemas, então se o social ganha um outro papel também a este profissional lhe está a ser atribuído um outro papel. E daí essa posição de interlocutor privilegiado. Porquê? Por-

que a relação entre a instituição e a população é, em termos do jogo político, uma relação extremamente importante. E o profissional que aparece como mediador nesta relação pode ter também aqui um papel importante. Quando digo papel importante é um papel que tem visibilidade, que ganha outro espaço, que ganha outro rosto, portanto, aparece então o problema da mediação e, desta forma, aparece então a necessidade da comunicação. Que nós já tínhamos, não é nova com certeza. Eu penso que não é. Esta profissão tem-se definido, para si, nos últimos 30 anos, como uma profissão de relação. Agora, o ser olhada do exterior, desta maneira, eu penso que tem alguma novidade e para mim foi também uma certa novidade, uma certa surpresa, o encontrar este tipo de olhar sobre a profissão.

Era apenas isto. Agradeço a todos o estarem aqui"

*

Prof. Paulo Netto (2.ª parte):

"Eu queria fazer três observações, agora fora daquele quadro inicial.

A primeira é a seguinte: eu sou muito irresponsável e eu já vou adiantando aqui. Eu li o livro da Augusta logo que ele saiu, há dois ou três meses atrás. Eu o li no Brasil. Há enormes diferenças entre a história do serviço social brasileiro e a história do serviço social português, enormes diferenças. Embora o serviço social no Brasil tenha nascido numa conformação política que tinha o curioso nome de Estado Novo (não por acaso), o desenvolvimento político do serviço social brasileiro foi muito distinto do serviço social português. Não apenas pelo quadro político e pela particularidade histórica portuguesa mas porque os dois protagonistas importantes nesse processo de institucionalização, o Empresariado e a Igreja, têm características muito distintas nos nossos dois países. No entanto me chamou a atenção (e por isso é que eu avisei da minha irresponsabilidade) eu nunca fiz nenhuma pesquisa sobre as representações do serviço social brasileiro mas há algumas pesquisas feitas com outras grelhas analíticas mas me pareceu, e eu quero deixar isso bem claro, eu não tenho base impírica, não tenho base para provar isso, mas eu me atreveria a dizer que há uma enorme similitude entre as representações aqui registadas e as lá existentes.

Isso me chamou muito a atenção e eu discuti com alguns companheiros brasileiros que conhecem o trabalho da Augusta, nomeadamente a Úrsula, e eu acho que é inspirador, pode ser inspirador e instigante essa minha irresponsabilidade de dizer "Tem muita similitude".

Eu creio que o jogo de causalidades é diferente, são histórias muito distintas mas deve haver alguma coisa comum aí nesse serviço social. Deve haver um substrato que permita esse tipo de reflexo.

A segunda é uma pergunta que eu queria fazer à Augusta (e é uma pergunta que tem muito a ver com a observação final do Prof. Bragança): eu não fiz nenhuma referência, embora seja

específico no texto e o Prof. Bragança de Miranda apontou, sobre a questão da cidadania. Isso aparece no texto, e eu acho que essa... para não ficar no conceito clássico do Marshal, que me parece não ser o seu ... a minha dúvida é a seguinte: o que é que se entende exactamente por cidadania? Sabe porque é que eu faço essa pergunta? Porque a história que o texto resgata e capta é a história, digamos, muito seguramente posterior a 75 quando há um ordenamento jurídico, político no país, não direi consensual mas que num certo momento galvanizou a sociedade civil portuguesa ou pelo menos aquilo que havia de activo nessa sociedade civil.

Pois bem! Ao longo do processo que você descreve você faz a sua pesquisa ... (até 85 a recolha de dados, não é?), até aí esse processo cívico, de direitos, garantias que compõem esse elenco da cidadania me parece que não estava sensivelmente vulnerabilizado na sociedade portuguesa. Já havia um processo de revisão constitucional mas me parece que o grande arcabouço estava lá, inteiro.

Ora dez anos depois (o livro é publicado em 95) muita coisa mudou em Portugal. A pergunta que eu faço é a seguinte: hoje, você diria que o que sustenta o movimento que vai da primeira para a quarta representação (mesmo que você tenha tomado o cuidado de circunscrever: "não é em todas as autarquias, não é em todo o campo profissional, são autarquias), se eu entendi bem a diplomacia da Augusta são autarquias polarizadas por uma cidade onde coligações de esquerda têm peso, não é? Tem perfis políticos aí. A minha pergunta é: dez anos depois o que sustentava esse movimento continua vigente?

Isso tem tudo a ver com a noção de cidadania porque se eu não sou um observador da vida portuguesa muito *inviesado* (e alguns daqui já conhecem os meus *viéses*) houve uma perda de substância nesse processo de conquista cívica. Me parece que certos sectores da sociedade portuguesa vêem isso com clareza embora seja muito polémico, é claro (depende do ponto de vista do observador). Mas no ponto de vista objectivo, precarização do trabalho, recibo azul (ou verde, sei lá), isso tem implicações nos estatutos de cidadania mesmo que eles não sejam definidos exclusivamente por garantias juridico-formais mas elas são necessárias. Também pergunto: em 1995, corridos dez anos, esse movimento existiria? Eu sei que você não tem uma pesquisa sobre isso, atenção, não estou te cobrando outra pesquisa, não, mas a tua impressão.

*

Dr.ª M.ª Augusta (2.ª parte):

"Mas é exactamente essa interrogação... Eu também me tenho colocado. Se hoje esta pesquisa, esta tendência, se continuaria a manifestar ou se, eventualmente, haveria outras figuras.

Não sei. De facto, acho que até há aqui pessoas do meio autárquico que podem eventualmente pronunciar-se. Têm uma experiência vivida, até interessante...

É evidente que nós sabemos que mesmo em termos da própria instituição autárquica o movimento em 85 era um movimento ascendente numa determinada linha, mesmo em termos legais, e depois há um certo refluxo. Portanto provavelmente isto terá alguns reflexos aqui nesta questão das representações da profissão."

*

Prof. B. Miranda (2.ª parte):

"Quando li as quatro figuras que são uma espécie de "ideal-tipo" também me surpreendi com o fenómeno, pois já tinha encontrado qualquer coisa de similar em sociologia, quando me formei. Aquelas velhas polémicas entre o positivismo e não-positivismo, etc.

Há questões que são esperadas e esperado é também esse género de inquietações de que fala o Prof. Paulo Netto, e quanto a mim pela seguinte razão: é que, realmente, as ciências sociais no seu conjunto, por mais que se tenham dividido, desempenharam um tipo de funções na constituição da experiência moderna, formalizando-a, que é natural que se repitam algumas estruturas. E o que me pareceria mais interessante dizer, e eu tentei dizê-lo delicadamente, que não é boa essa estruturação. É uma estruturação muito rígida em termos de identidade, não dá essa flexibilidade que eu acho que é mais política, no sentido lato, mas que é formada por esses elementos e todos os outros. Essas contraposições rígidas têm muito a ver com a velha oposição entre o técnico neutro e positivista, e o humanista. De uma forma diferida repetem esse mal constitutivo das ciências sociais na modernidade que nós conhecemos: vocês todos conhecem o Foulcaut, não vou repeti-lo.

Sobre a questão da cidadania só queria dizer que penso que é um problema essencial: depois do 25 de Abril até 79, o problema da cidadania nem se punha porque havia cidadão, ou seja, estávamos a fazer coisas mais importantes do que estar a discutir os nossos direitos, estávamos a construir os nossos direitos estávamos a construir a nossa vida comum, etc. E isso certamente, é evidente, com todos os problemas. Havia, apesar de tudo, uma comunidade política, e a certo momento, quando isso desaparece, o que fica pouco mais são que os direitos, e então passamos à luta por outros direitos como último reduto.

Imaginem o que é um assistente social que tem um ordenado da Câmara e trabalha das 9 às 5. Nós na altura trabalhávamos enquanto não dormiamos: trabalhávamos de manhã, de tarde, de noite ... Quando a gente começa a fazer esse género de divisões realmente a questão dos direitos tem um certo interesse e eu penso que hoje a situação parece indicar isso: que o pior caminho que os assistentes sociais podiam seguir seria impedir, justamente, o servir de amortecedores, dos processos de publicitação, de certo tipo de experiências que são marcantes na vida e marcantes para a própria constituição da consciência dos indivíduos em certo tipo de situações. Esse amortecimento é conhecido, por exemplo: um hospital tem um

serviço para acolher as queixas dos utentes mas aquelas queixas todas juntas comparadas com um caso que chega aos jornais têm muito menos peso. É preciso ser capaz de mediar, bem como saber decidir, qual é o momento certo, o momento em que é preciso publicitar.

A segunda questão é a seguinte: em que medida é que, realmente, a cidadania pode ser sentida de forma que a própria visão da instituição saia completamente transformada, ou seja, que seja um palco de luta pela extensão da cidadania no seu interior? Aí cada um é responsável mas também, de certa maneira, os assistentes sociais. Eu na minha Universidade tento o mais possível para que não haja cá fora uma democracia formal e depois dentro da minha Universidade uma ditadura sapiencial. Nunca a aceitaria e nenhum de nós eternamente aceitaria isso.

Há lutas essenciais a travar em torno desses direitos. É fundamental uma estratégia que realmente impeça que os velhos espaços de despotismo que estavam lado a lado da sociedade política, jurídica do Estado democrático e que se mantinham mais ou menos disfarçados sob estatutos inaceitáveis, com os técnicos, ainda por cima a ajudar, etc, etc, etc, Tudo hoje deverá ser posto em causa por uma nova concepção do que é a cidadania, por uma nova concepção do que é a mediação e isso exige uma ciência do concreto, uma ciência do singular e não uma teoria geral. Em cada momento concreto há um momento para publicitar, há um momento para não publicitar, há um momento para lutar, há um momento para não lutar, mas deve-se saber ser capaz de ajuizar.

Agora, o mau caminho seria que esse processo fosse, por exemplo, em torno da identidade do assistente social ou outro qualquer. Buscando um sucesso corporativo. Este trabalho da Prof.ª M.ª Augusta pode contribuir para uma outra perspectiva, menos centrada sobre a "identidade". Como sabem o Fernando Pessoa dizia isso num dos livros dele: "Dá muito trabalho aprender a desaprender".

Este trabalho, que explicita tão bem a maneira como foram construídas, ao longo do tempo, as representações, ajuda-vos também, de certeza, a desconstruir.